

☐ **REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

☐ **PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República****Considerando que:**

1 – Segundo a Constituição da República Portuguesa, mais concretamente de acordo com o artigo 182.º, o Governo é o órgão superior da Administração Pública;

2 – No âmbito das suas competências, enquanto órgão superior da Administração Pública, o Governo decidiu, de acordo com o estipulado no seu programa de Governo, que os transportes seriam uma das áreas devolvidas aos municípios: “O reforço das competências das autarquias locais na área dos transportes implica a anulação das concessões e privatizações em curso dos transportes coletivos de Lisboa e Porto;”;

3 – No parlamento surgiram uma série de propostas, às quais o PS se associou, que visavam a reversão das concessões de transportes efetuadas pelo anterior Governo;

4 – O CDS, que quanto a esta matéria sempre teve uma linha de pensamento bem definida, votou contra tais propostas que limitavam uma possível gestão autárquica a subconcessões daquele serviço a entidades de direito público ou de capitais exclusivamente públicos;

5 – Foi por isso mesmo que, sem estranheza, recebemos a notícia de que o Senhor Presidente da República vetou as iniciativas do PCP e BE apoiadas pelo PS;

6 – Tudo que a nós nos levantou dúvidas no momento da votação de tais diplomas foi assim detetado também pelo Senhor Presidente da República que numa mensagem da Presidência Direta diz: “O regime em apreço, ao vedar, taxativamente, qualquer participação de entidades privadas, representa uma politicamente excessiva intervenção da Assembleia da República num espaço de decisão concreta da Administração Pública – em particular do Poder Local –, condicionando, de forma drástica, a futura opção do Governo, em termos não condizentes com o propósito por ele enunciado, e, sobretudo, a escolha das autarquias locais, que o Governo se comprometeu a respeitar no domínio em questão.”;

7 – A matéria em apreço acaba por fragilizar o Governo que, por um lado, tem um forte compromisso com os partidos de esquerda no Parlamento em matéria de transportes, e, por outro lado, tem um compromisso enquanto órgão máximo da Administração Pública com as autarquias, que deve respeitar.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministério do Ambiente, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**1 – Tendo em consideração que o Senhor presidente da República critica a limitação taxativa da possibilidade de participação de entidades privadas na gestão dos transportes públicos, concorda Vossa Excelência com a decisão de veto do Decreto N.º 31/XIII?**

**2 – Ao longo dos anos tem sido feito um reforço continuado na autonomia do poder local. Perante a limitação identificada pelo Senhor Presidente da República, no reforço de competências municipais na área dos transportes, considera ou não que o decreto, tal como foi aprovado, acaba por pôr em causa a referida autonomia local, a economia nacional e a captação de investimento estrangeiro?**

**3 – Qual vai ser a intervenção do Ministério do Ambiente para garantir o respeito pela autonomia do poder local e para conformar o texto do Decreto da Assembleia da República N.º 31/XIII com a opinião do Senhor Presidente da República?**

Palácio de São Bento, sexta-feira, 29 de Julho de 2016

Deputado(a)s

HELDER AMARAL(CDS-PP)

PEDRO MOTA SOARES(CDS-PP)

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)